

Sendo que: *OF*= Ordenação Final; *PEC*= Prova Escrita de Conhecimentos; *AP*= Avaliação Psicológica; *AC*= Avaliação Curricular; *EAC*= Entrevista de Avaliação de Competências; *EPS*= Entrevista Profissional de Selecção.

Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

12.4 — Os métodos de selecção têm carácter eliminatório, pelo que, serão excluídos os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos de selecção.

13 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de selecção equivale à desistência do procedimento concursal.

14 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos, são facultados aos candidatos sempre que solicitado.

15 — Os candidatos admitidos serão convocados através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

16 — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

17 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção intercalar é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, é afixada em local visível e público das instalações do Edifício dos Paços do Município e disponibilizada na sua página electrónica, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

18 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações do Edifício da Câmara Municipal e disponibilizada na página electrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

19 — Composição do júri:

Presidente: Dra. Ema Paula Guerreiro Pinto, Chefe da Divisão de Administração Municipal, em regime de substituição; Vogais efectivos: Dr. José Filipe Guerreiro Serrano, Técnico Superior (Serviço Social) e Dra. Lisa Maria de Passos Pinto Cardoso, técnica superior (Jurista); Vogais suplentes: Dra. Lília Cristina Martins Pires, Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial, em regime de substituição, e Dra. Elsa Cristina Sousa Viegas, Técnica Superior.

20 — Para efeitos de admissão ao procedimento concursal, os candidatos com deficiência, devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência nos termos do diploma supra mencionado.

São Brás de Alportel, 4 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Paulo Jacinto Eusébio*.

303272638

Aviso n.º 11057/2010

Para os devidos efeitos, faz-se público que, nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local, por força do disposto no n.º 1, do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47 de 9 de Março de 2010 e na BEP — Bolsa de Emprego Público, com o Código de Oferta — OE201003/0181, foi aberto procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial.

Aplicados os métodos de selecção previamente definidos (avaliação curricular e entrevista pública), a escolha recaiu na candidata, Lília Cristina Martins Pires, pelos sólidos conhecimentos especializados na área de contabilidade autárquica e na capacidade em estabelecer objectivos organizacionais, conhecimentos profissionais e perfil profissional e pessoal, factores fundamentais para o exercício do cargo dirigente.

Nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e n. os 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local, por força do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Julho, e por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 21 de Maio de 2010, foi nomeada em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, eventualmente renováveis por iguais períodos de tempo, com efeitos a 21 de Maio de 2010, a Técnica Superior, Lília Cristina Martins Pires, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial.

São Brás de Alportel, 24 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Paulo Jacinto Eusébio*.

Nota Curricular

Lília Cristina Martins Pires é licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Iniciou funções na Câmara Municipal de São Brás de Alportel em 10 de Julho de 2001, como técnica superior (Economia).

Em 2 de Fevereiro de 2009, foi nomeada em regime de substituição para o cargo de Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial.

303298623

Aviso n.º 11058/2010

Para os devidos efeitos, faz-se público que, nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local, por força do disposto no n.º 1, do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47 de 9 de Março de 2010 e na BEP — Bolsa de Emprego Público, com o Código de Oferta — OE201003/0181, foi aberto procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial.

Aplicados os métodos de selecção previamente definidos (avaliação curricular e entrevista pública), a escolha recaiu na candidata, Lília Cristina Martins Pires, pelos sólidos conhecimentos especializados na área de contabilidade autárquica e na capacidade em estabelecer objectivos organizacionais, conhecimentos profissionais e perfil profissional e pessoal, factores fundamentais para o exercício do cargo dirigente.

Nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e n. os 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local, por força do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Julho, e por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 21 de Maio de 2010, foi nomeada em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, eventualmente renováveis por iguais períodos de tempo, com efeitos a 21 de Maio de 2010, a Técnica Superior, Lília Cristina Martins Pires, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial.

Divisão Financeira e Patrimonial. São Brás de Alportel, 24 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Paulo Jacinto Eusébio*.

Nota Curricular

Lília Cristina Martins Pires, é licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Iniciou funções na Câmara Municipal de São Brás de Alportel em 10 de Julho de 2001, como técnica superior (Economia).

Em 2 de Fevereiro de 2009, foi nomeada em regime de substituição para o cargo de Chefe da

303298704

MUNICÍPIO DE SERPA

Aviso (extracto) n.º 11059/2010

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por meu Despacho de 21 de Abril de 2010, determinei a celebração dos Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado para o exercício de funções públicas, com os candidatos Ana Isabel Palminha Howell Franco, Helena Isabel Vargas Magro e João Pedro Silveira How Brás, candidatos aprovados no procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado de dois Técnicos Superiores, da carreira geral de Técnico Superior da área funcional de Arquitectura, com a posição remuneratória 3 e 19.º nível remuneratório da Tabela de Remunerações Única, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.407,45€, com início em 3 de Maio de 2010.

Serpa, aos 25 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

303302501